

265 - AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: CONTEXTUALIZAÇÃO, ANÁLISE E SITUAÇÃO ATUAL DO PROGRAMA DE FOMENTO RIO GRANDE ECOLÓGICO

Azambuja¹, S.; Martins², C.H.; Ferreira³, C.H.

RESUMO

Nos anos 80 passaram a surgir várias experiências de contestação do modelo convencional de agricultura, a partir da organização dos agricultores voltados para a produção, agroindustrialização e comercialização de produtos ecológicos. Essas práticas desenvolveram-se em unidades de produção familiares e nos últimos anos essas ações se intensificaram local e regionalmente. Com base no panorama apresentado e respondendo à demanda histórica dos movimentos ambientais, dos agricultores, das organizações não governamentais, dos consumidores e em consonância com as solicitações da Carta Agroecológica produzida no final do I Seminário Estadual de Agroecologia, realizado no ano de 1999, foi elaborado o Programa de Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Produtos Agroecológicos - Rio Grande Ecológico, o qual se encontra alicerçado financeiramente no sistema de Crédito Rural do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável; Agroecologia, Crédito Rural.

1 - INTRODUÇÃO

A expressão "agricultura sustentável" indica, genericamente, um objetivo social e produtivo, que traga a adoção de outro modelo tecnológico que cause o menor impacto possível no ambiente, não utilize de forma predatória os recursos naturais e traga retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza das populações rurais. Essa noção, ainda indeterminada e imprecisa, incorpora a inclusão da elevação da produtividade dos sistemas agrícolas compatibilizando, equilibradamente, objetivos sociais, econômicos e ambientais.

A agroecologia tem sido difundida na América Latina e no Brasil, em especial, como sendo o padrão técnico-agronômico (alicerçado pela pesquisa científica) capaz de suportar o duplo desafio de ser sustentável e altamente produtiva para poder alimentar a crescente população humana. Isto significa que não podemos simplesmente abandonar as práticas

¹ Bióloga, aluna do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: spazambuja@yahoo.br

² Técnica-científica da Fundação de Economia e Estatística, professora da Faculdade de Economia e do pós-graduação em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-

³ Agrônomo técnico da EMATER/RS, pós-graduado em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente – PUC/RS.

convencionais como um todo e retornar às práticas agrícolas tradicionais ou indígenas. O que se espera é uma nova abordagem do desenvolvimento agrícola que se construa a partir de aspectos de conservação da agricultura tradicional concomitante com a exploração de conhecimentos e métodos ecológicos modernos.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 Aspectos da insustentabilidade da agricultura convencional

A agricultura convencional afeta de muitas maneiras a produtividade ecológica futura. Os recursos agrícolas, como solo, água e diversidade genética, são explorados demais e degradados; processos ecológicos globais, dos quais a agricultura essencialmente depende são alterados; e as condições sociais que conduzem à conservação de recursos são enfraquecidas e prejudicadas.

Mais da metade da água aplicada nas culturas nunca é absorvida pelas plantas às quais se destina (Van Tuijl, 1.993). Ela evapora ou é drenada para fora da área. Algum desperdício é inevitável, mas grande parte dele poderia ser eliminado se as práticas agrícolas fossem orientadas para sua conservação, e não para a maximização da produção. Por exemplo, as plantas poderiam ser irrigadas com sistemas por gotejamento, e culturas que requerem uso intensivo de água, como o arroz, poderiam ser deslocadas de regiões com recursos limitados.

A agricultura intensiva e o emprego cada vez maior de agrotóxicos (inclusive herbicidas), fertilizantes e sais, representam em seu conjunto uma permanente ameaça à qualidade da água. Todos eles, somados aos despejos de origem animal e aos nutrientes, se transferem às águas subterrâneas.

2.2 Situação atual da agroecologia no Estado

Das primeiras experiências dos anos 80, o Rio Grande do Sul chega ao ano 2000 com aproximadamente cem núcleos de produção agroecológica. São 2,5 mil hectares localizados em pequenas propriedades, nas quais são produzidas algumas das principais culturas do estado, comercializadas através de redes alternativas de abastecimento, como feiras e mercados convencionais.

Entre as experiências existentes destaca-se a produção de hortigranjeiros como a mais expressiva. Há produção em quase todas as regiões do estado, especialmente na Serra do

Sudeste, onde se concentram os agricultores que comercializam nas feiras da Cooperativa da Coolméia, em Porto Alegre. As frutas ecológicas também vem ganhando espaço. Ipê e Antônio Prado, na serra, e Sarandi, no Planalto, são alguns dos locais onde há produção de uva e vinhos ecológicos. Vários municípios do Noroeste e do Alto Uruguai cultivam frutas subtropicais - manga, banana, abacaxi, mamão, maracujá, ameixa, pêra e pêssego - em regiões de microclima. Plantas medicinais e produção de cana de açúcar são outras culturas produzidas de forma ecológica no Estado.

2.3 Financiamento da Agricultura Ecológica

- Culturas Beneficiadas: poderão ser financiadas todas as culturas da época (verão) e atividades relativas a custeio pecuário, respeitado o zoneamento agrícola, quando for o caso.

- Agente Financeiro: Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

- Limite de financiamento para custeio: para produtores enquadrados no Pronaf D, R\$ 5.000,00, com encargos de 4% ao ano (equalizado pelo FEAPER). Demais produtores (renda superior a R\$ 27.500,00), até R\$ 30.000,00 para custeio agrícola e até R\$ 40.000,00 para custeio pecuário, com encargos de 8,75% ao ano. Limite mínimo de R\$ 500,00 por produtor. Máximo de R\$ 5.000,00 por produtor.

- Limite de Financiamento para investimento: para produtores enquadrados no PRONAF D – Limite de R\$15.000,00 por indivíduo com teto máximo de R\$75.000,00 para empreendimentos coletivos, com encargos de 3% ao ano (equalizado pelo FEAPER) com 36 meses de carência e até 5 anos para pagamento. Prazo total de até 8 anos.

- Público beneficiário: pessoas físicas individualmente ou em grupo (5 a 20). Produtores e grupos de produtores com experiência na atividade e que utilizem métodos orgânicos e/ou naturais de produção.

- Encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 4% ao ano, com equalização do Feaper para zero.

4 - CONCLUSÕES

Cabe lembrar que o processo de implantação do programa pressupõe diálogo constante e um contínuo repensar com os agentes do processo a fim de que as mudanças pertinentes que possam advir, consigam ser incorporadas. Não significa somente trocar um modelo agrícola por outro, para melhor atender a um novo nicho mercadológico e sim possibilitar que esse mercado emergente traga consigo maior justiça social, qualidade de vida ao agricultor e à comunidade em geral, melhoria dos recursos naturais e tantos outros aspectos que a agricultura sustentável agrega na sua prática.

No período de 2000 até fevereiro de 2003 foram investidos, neste programa, R\$ 1.822.013,14, sendo R\$1.636.323,74 em investimentos e R\$185.689,40 em custeio.

O Programa Rio Grande Ecológico se encontra atualmente em fase de reavaliação, prevendo-se sua retomada.

5- LITERATURA CITADA

ALTIERI, M.; "Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável", Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 110 p., 1998.

AZAMBUJA, Simone; "Agricultura sustentável: contextualização, análise e perspectivas do Programa Rio Grande Ecológico", Monografia de Especialização, PUC/RS, 80 p., 2000.

BEZERRA, M. C. et al.; "Agricultura sustentável", Ministério do Meio Ambiente, Edições IBAMA, 190 p., 2000.

FELIPPI, A.; "RS tem cem núcleos de produção agroecológica", Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, Emater, V. 1, N. 2, p. 5 – 12, Abr./Jun., 2000.

GLIESSMANN, S. R.; "Agroecologia – Processos ecológicos em agricultura sustentável", Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 653 p., 2000.

MARTINS, S. R.; "Sustentabilidade na agricultura: dimensões econômicas, sociais e ambientais", Revista Científica Rural, V. 4, N. 2, p. 175 – 187, 1999.

PAULUS, G.; "Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição", Florianópolis, Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Agrárias – Curso de Pós-graduação em Ecossistemas – Universidade federal de Santa Catarina, 171 p., 1999.